

Dupla consciência e parataxe como conceitos críticos

Myriam Ávila

Este texto se originou de um convite da Unicamp para falar aos alunos de pós-graduação em Letras sobre linguagem e estudos culturais. O próprio tema já sugere uma conjunção não muito comum na produção acadêmica onde, há até bem pouco tempo, chegou a reinar certa animosidade entre os defensores da perspectiva cultural de abordagem do texto de criação e os adeptos dos – a partir dessa clivagem – chamados estudos literários. Estes últimos se aproximariam mais de uma leitura imanente do texto literário, afim aos procedimentos formalistas e estruturalistas. Como jamais me convenci da oposição entre as duas abordagens, talvez por uma questão de formação e, em parte, por um hábito de reflexão não-opositiva, o debate que se estabeleceu a respeito parece-me, muitas vezes, ocioso e – de todo modo – pouco produtivo. A prática do *close reading* – “leitura cerrada” – propugnada pelo *new criticism* e outras linhas de filiação formalista, surgiu na primeira metade do século vinte em parte como consequência do extraordinário desenvolvimento da lingüística nesse período, e em parte como reação ao impressionismo e frouxidão de critérios que dominavam então o exercício crítico. Tal procedimento de leitura pautava-se fortemente pela noção de norma e seus corolários – a agramaticalidade e o estranhamento. Esses pressupostos conceituais abrem-se naturalmente para uma visão cultural do fenômeno literário, se pensarmos a cultura e a sociedade, como sua fomentadora, em termos de estabelecimento de padrões de normalidade e desvio. No entanto, a visão do texto literário como uma entidade em si, a ser entendido a partir de suas próprias relações internas, impediu que se fizesse a passagem do formal ao cultural, a qual, temiam alguns, acabaria por fazer da literatura uma mera expressão entre outras da cultura, imersa na contingência (portanto, desprovida de universalidade).

Os estudos culturais, por outro lado, ao reagirem contra os critérios de canonização e o privilégio do “propriamente literário” de textos que sobrepunham o rigor de construção e invenção às questões contextuais, tenderam a abandonar a idéia do ciframento do social no formal. (O que Adorno entende como “a antítese social da sociedade” [1988, p. 19]). Consequentemente, tenderam a explorar o dado externo na leitura do texto, reservando a este um papel meramente corroborativo de suas condições de produção – a meu ver, empobrecendo tanto o texto quanto a própria compreensão do contexto, pré-fixado às vezes a partir de generalizações questionáveis. Extremamente produtivos, os estudos culturais já mostraram ser capazes de buscar muito mais do que a simples exemplificação de uma configuração social nos textos em que se debruçam. Muito se ganharia, entretanto, com o abandono das posições defensivas de um e outro lado, com a aceitação de que cada aspecto que cada cego percebe em sua investigação do elefante faz parte em última análise de um mesmo inabarcável objeto.

O distanciamento entre lingüística e estudos de literatura que se observa hoje no cenário acadêmico é ainda mais profundo do que o mencionado acima. Se lembrarmos o grande avanço nos estudos literários proporcionado pelos lingüistas russos e do grupo de

Praga nas primeiras décadas do século XX, é de estranhar que no último quartel do mesmo século as duas disciplinas se encontrassem tão apartadas nos seus objetivos como em seus métodos. Maria Antonieta Borba, em seu texto “Linguística e teoria da literatura: relações e limites”,¹ faz uma boa revisão do impulso dado por uma disciplina à outra. No entanto, deixa de apontar para os motivos de sua posterior diferenciação. De fato, como lembra Antoine Compagnon em *O demônio da teoria*, a linguística tinha uma grande contribuição a dar à leitura do texto literário. Porém, o texto deixou, em certo momento, de ser a única ou mesmo a principal consideração da teoria, que se voltou para os outros elementos do fenômeno literário – o autor (produção), o leitor (recepção) e o mundo (contexto). Entrou em foco também a própria instituição literatura como objeto de pesquisa e de desconstrução.

Os motivos do hiato que se criou entre as disciplinas não podem, no entanto, apagar o papel que a semiótica e o estruturalismo tiveram na formação dos teóricos da literatura em atividade no cenário nacional hoje. No meu caso, tendo estudado, no doutorado na Alemanha, com um semioticista², essa formação não está tão distante no tempo quanto a de outros, que se desligaram dela após a graduação. No entanto, minha fixação no conceito de parataxe, ocorrida há quatro anos, deveu alguma coisa ao acaso. Já tendo tido a atenção chamada para o termo por Décio Pignatari, a leitura de *Notas de Literatura* de Theodor Adorno ofereceu-me, no ensaio intitulado justamente *Parataxis*, uma nova dimensão do seu uso. De fato, Adorno, ao rastrear procedimentos paratáticos na poesia de Hölderlin, na intenção de demonstrar a fragilidade da leitura do poeta por Heidegger, vai bem além de sua compreensão sintática como coordenação ou assíndeto.

Considerado um texto difícil sobre uma poesia altamente complexa, o ensaio de Adorno vai à raiz da construção poética – em seu nível mais especificamente linguístico – em busca de uma postura diante da linguagem que implicaria em postura análoga frente à realidade. Com esse objetivo, expande consideravelmente a noção de parataxe. Esta se expressa, tradicionalmente, no texto literário, como enumeração. A justaposição de elementos, sem qualquer esforço de encadeamento, redundando na percepção do texto como lista, inventário, rol, etc. Pode ou não haver encadeamento semântico, mas em geral se infiltra nessas enumerações alguma arbitrariedade associativa que lhes dá menor ou maior feição de nonsense. Lembrem-se apenas aqui os dois exemplos citados por Foucault (sem qualquer menção ao termo parataxe) no prefácio de *As palavras e as coisas*: a classificação dos animais na “enciclopédia chinesa” de Borges (os animais se dividem em: a) pertencentes ao imperador, b) embalsamados, c) domesticados, etc.) e os vermes e serpentes que Eustenes afirma estarem a salvo de sua saliva (Áspides, Anfisbenas, Anerudutos, Abedessimões, Alartas, Amóbatas, etc.).

Foucault opõe uma lista à outra, afirmando que a subsunção dos termos enumerados por Eustenes em uma série não ocorre em Borges. Da mesma forma, pode-se estabelecer uma distinção entre coordenação e parataxe, palavras às vezes usadas como sinônimos. Podemos, pelo contrário, propor inclusive uma oposição entre a idéia de coordenação e a idéia de parataxe radical. Na coordenação, elementos de peso similar se ordenam no mesmo nível sintático, isto é, sem estabelecer dependência entre si, mas não excluem a idéia de submissão, não a um termo da frase, mas a um discurso que as encampa. Em texto anterior, comparei essa formação à de soldados que se encaminham

todos, como um batalhão, a um objetivo comum, supradeterminado. Já a parataxe radical configura uma luta contra o senso comum, ou seja, contra o sentido corriqueiro: não mais o exército marchando em direção a uma meta semântica, mas pessoas dividindo a mesma rua, cada qual rumando a seu objetivo próprio, sem consenso com as demais. A idéia de justaposição substitui a de co-ordenação.

Entretanto, a parataxe enumerativa seria para Adorno apenas um caso – certamente o mais comum – desse procedimento construtivo. Outros, menos evidentes, seriam a inversão, que pode atingir níveis absurdos em línguas declinativas, e a pseudo-lógica, ou *non-sequitur*, caso em que as inferências ou conclusões não resultam logicamente das premissas apresentadas. Os dois recursos se encontram na poesia de Hölderlin, objeto de estudo de Adorno. O motivo pelo qual inversão e *non-sequitur* são considerados formas de parataxe é provocarem efeito similar ao da enumeração, ao embaralhar e burlar os nexos lógicos do pensamento linear, tornando-os inacessíveis ou ambíguos. Quando menos, adiando a compreensão do discurso, o que, em diversas situações comunicativas, o tornaria simplesmente ineficaz. A palavra-chave aqui é *adiamento*. Antes, porém, de seguir esse fio, que, adiante, nos levará aos estudos culturais, quero deixar claro que Adorno não se detém, ao identificar a parataxe, nos aspectos micrológicos do texto. A própria justaposição de parágrafos, tópicos, capítulos pode ser considerada paratática. Invertendo a direção, podemos ver como paratática até mesmo a construção de vocábulos compostos, que funcionariam então como ideogramas à maneira chinesa.

Voltando à idéia de adiamento da compreensão, vale dizer: do consenso entre o leitor e o lido, vejo o sentido desse adiamento na inserção do tempo como valor na interlocução. Quanto mais demora a convergência entre a mensagem e seu alvo, maior a reflexão envolvida e a conseqüente percepção crítica de todo o processo. Não é outro o significado das expressões *time lag* [defasagem] e *belatedness* [atraso] na teoria de Homi Bhabha. (Em meu trabalho, chamo a instância do atraso de “delonga na resposta”³.) Bhabha vê aí os sintomas de uma temporalidade disjuntiva⁴. A partir dessa perspectiva, podemos ver também o uso das imagens e do fragmento em Walter Benjamin como obstáculos propositais ao raciocínio silogístico, configurando igualmente uma espécie de parataxe. Recentemente, encontramos no polêmico livro de Wladimir Safatle, *Cinismo e falência da crítica*, formulação similar quanto à função do tempo como instância crítica:

A tarefa filosófica atual pede o demorar-se diante do esgotamento dos esquemas conceituais que visam orientar a ação e o julgamento. A todo momento, o pensamento encontra-se diante da pressão de questões como: “Que fazer?”. Questões dessa natureza não devem e não podem ser respondidas. *Não devem* porque a resposta é apenas uma defesa contra o trabalho de desarticulação, que só pode ser efetuado pela pulsação demorada da questão. (SAFATLE, 2008, p. 204)

A parataxe teria então a função de produzir essa demora, impedindo o fechamento lógico da “sentença” (em Adorno, *Urteilsform*, forma do juízo). – Naturalmente, exploramos aqui o duplo sentido da palavra, como no inglês *sentence*⁵. – Estamos já em pleno domínio da crítica da cultura. Dando um passo adiante, podemos perceber os mecanismos de produção da temporalidade como resistência à crescente espacialização das concepções teóricas do mundo na contemporaneidade. A pluralização do próprio conceito de cultura,

a eleição da cidade plurimapeável como emblema do atual estar-no-mundo, a opção pelo rizoma em oposição à raiz única e profunda (Deleuze e Guattari) indicam que o espraiamento e a simultaneidade dominam o pensamento que informa os estudos culturais. Seria então o caso de contrapor espacialização a temporalização? Uma parte das teorias do espaço na contemporaneidade adota a perspectiva do “fim da história”, que, nos termos colocados por Safatle, se associaria ao cinismo e à falência da crítica. Não creio que a visão à Fukuyama seja interessante. Uma outra vertente “espacialista”, digamos assim, percebe a horizontalização como forma de provocar um efeito semelhante ao da

Mil platôs (note-se aí não apenas a referência à parataxe, como o próprio uso do procedimento na exposição):

Um rizoma não começa nem conclui, ele se encontra sempre no meio, entre as coisas, inter-ser, intermezzo. A árvore é filiação, mas o rizoma é aliança, unicamente aliança. A árvore impõe o verbo “ser”, mas o rizoma tem como tecido a conjunção “e... e... e...” Há nesta conjunção força suficiente para sacudir e desenraizar o verbo ser. (DELEUZE e GUATTARI, 1995, p. 35)

É preciso pensar também que o pensamento humano é eminentemente espacial. As colocações teóricas dificilmente podem prescindir de uma representação espacial. Se à crítica cultural interessa examinar as posições de um discurso (e a própria palavra posição remete à espacialização), admitindo por princípio a pluralidade e simultaneidade dos discursos, uma explicitação desse caráter posicional se mostra de grande interesse. O modelo de representação espacial mais comum na nossa vivência cotidiana é o par binário 0-1, base do pensamento digital que domina o mundo contemporâneo. Corresponde às oposições vazio/cheio, ausência/presença, negação/afirmação, não-marcado/marcado. Sua crítica se dá na desconstrução teórica do binarismo, operada pelos pós-estruturalistas (especialmente Derrida) como parte de seu “programa” (de base heideggeriana) de desmonte da razão iluminista. Nas formulações semióticas de Julia Kristeva, feitas em seu livro de 1969, *Introdução à Semanálise*, e hoje muito esquecidas, encontramos como alternativa ao modelo diádico a tríade 0-1-2, na qual as posições 0 e 2 são alternativas à posição central 1, sem que nenhuma delas se estabeleça como posição fixa. Kristeva, elaborando sobre uma colocação de Saussure⁶, postula a ambivalência como propriedade da linguagem poética e “único procedimento que permite ao escritor entrar na história”. A articulação dupla permitiria pensar uma prática lingüística capaz de escapar à posição 1, que ela identifica com “Deus, a lei, a definição”. Toda narrativa que obedece à lógica digital (0-1) é, segundo ela, dogmática. O abandono dessa lógica, e sua reposição pela lógica poética (0-2) realizar-se-ia com êxito no discurso do carnaval⁷, tipicamente transgressor.

Embora Kristeva não faça qualquer menção a isso, uma formulação bem anterior da articulação dupla como postura possível diante do discurso hegemônico já fora dada por W.E.B. Du Bois, em 1903. Militante afro-americano, um dos precursores do movimento negro americano, Du Bois refere-se à consciência do negro como clivada entre duas experiências: a identificação com sua raça pela opressão comum e a identificação com seu tempo – a modernidade – via valores construídos pelo opressor de origem européia. Paul Gilroy, retomando o texto de Du Bois, propõe que a consciência negra se dá em

uma agenda política dupla, uma “política da realização” e uma “política da transfiguração”. Gilroy define a “política da realização” como uma prática dos descendentes de escravos em sua demanda de que a sociedade civil burguesa cumpra as promessas de sua própria retórica. Já a “política da transfiguração” partilha da ordem do desejo, invocando referências utópicas que se expressam prefigurativamente no canto, na dança, na performance, nos signos entrecortados e suplementados por sons inarticulados que são freqüentes na cultura negra. Para nós, aqui, interessa a postulação de uma simultaneidade de posições que não precisa, como na dialética hegeliana, encontrar uma síntese. Em termos dos estudos culturalistas, isto significa a ultrapassagem de conceitos-síntese como “hibridismo” e “mestiçagem” que são, segundo Alberto Moreiras, politicamente falhos. Moreiras, professor de literatura latino-americana nos Estados Unidos (em Buffalo e na Duke University), no seu livro *A exaustão da diferença*, amplia o conceito criado por Du Bois a partir da sofrida vivência do afro-americano em sociedade abertamente racista para a visão periférica do latino-americano. Da dupla consciência passa-se para a articulação dupla ou duplo registro. A argumentação longa e um pouco espinhosa de Moreiras é a única apropriação que conheço do conceito para questões externas ao movimento negro americano e, como tal, deve ser visitada por quem se interessa por aquele. Da mesma forma, o conceito de ambivalência, de origem psicanalítica – já lembrado por Kristeva –, fornece mais um instrumento de crítica ao pensamento binário.

A vantagem da ambivalência ou lógica do 0-2 é esquivar-se por definição ao lugar da lei (posição 1) sem querer estabelecer outro lugar normativo alternativo. Escapando à hierarquia que a proposta de uma “política do real” e uma “política do ideal” não pode deixar de evocar, a lógica da ambivalência desafia o princípio de identidade que funda o discurso positivista, claramente improdutivo diante de uma realidade complexa. O resultado é um pensamento que não recua diante da contradição e do paradoxo, mas, ao contrário, progride por paradoxos. Sem a obrigação de atender ao cânone da causalidade, pode-se acolher mais de uma perspectiva sem buscar conciliá-las. A flexibilização dos processos mentais é uma decorrência vantajosa.

Lembremos ainda o conceito de entrelugar em Silviano Santiago – coincidente com o *in-between* de Homi Bhabha, ambos corroborando a tendência da reflexão teórica de se expressar por imagens espaciais. Ainda aí, a intenção é escapar à posição da norma (posição 1), sem jamais estabelecer um outro ponto fixo de enunciação. O termo inglês permite o deslizamento para a série temporal, onde se tornaria um “entretempo”. Naturalmente, temos de chamar para a discussão Bakhtin, que já apontava, em 1938, para a interligação fundamental das relações temporais e espaciais que se expressam, na narrativa, sob a forma do cronotopo (condensação do tempo no espaço, pela qual o primeiro adquire visibilidade).

Temos, portanto, uma série de conceitos nascidos nas fronteiras entre a lingüística e os estudos literários aptos a fundamentar o pensamento crítico que é próprio dos chamados estudos culturais, estudos estes de uma amplitude tão grande que desafiam as tentativas de definição e delimitação disciplinar. No caso de minhas pesquisas, a aproximação com os estudos culturais se deu naturalmente pelo entendimento da literatura como uma prática generalizada, cujo território específico no meio de outras manifestações

culturais só pode ser delimitado pela institucionalização a partir de uma seleção sempre arbitrária e questionável. Esse entendimento provém principalmente de uma identidade muito grande com a postura teórica de Eneida Maria de Souza, de quem tive a felicidade de ser aluna, e que é um dos grandes nomes da Literatura Comparada hoje no Brasil.

Minhas pesquisas pós-doutoramento sempre escaparam de alguma forma do território especificamente literário, começando com os estudos de narrativas de viajantes estrangeiros no Brasil, passando pelos livros de memórias de belo-horizontinos sem pretensão literária, e voltando-se depois para uma produção para-literária sob perspectiva interdisciplinar. Comum a todas é a atenção ao texto memorialístico que, sob a aparência de espontaneidade e sinceridade, trai em sua gênese todo um trabalho de construção e ocultamento voltado para interesses extra-textuais. No caso das pesquisas mais pertinentes ao que venho tratando neste trabalho, intituladas “Pessoal e transferível: memórias de província entre o público e o privado” (2001-2003) e “Parataxe e memória: escrevendo a modernidade no Brasil Republicano” (2004-2006)⁸, colocou-se a questão da dupla filiação do texto da memória.

Tomo como exemplo um livro bastante conhecido, *Minha vida de menina*, de autoria de Helena Morley, pseudônimo de Alice Brant. O livro, resultado de compilação de cadernos escritos pela autora adolescente em fins do século XIX, mereceu em 1997 excelente estudo de Roberto Schwarz. A possibilidade de canonização literária⁹ desse texto nasce de seu desvio com relação à produção memorialística de pessoas comuns em Minas Gerais, produção essa bastante volumosa, por não se limitar a cumprir a função de preservar a história de sua família e/ou torrão natal. Enquanto a maioria absoluta desses livros de memórias procura exatamente reforçar o pertencimento ao grupo e fornecer uma tradição que permita sua permanência pela reafirmação de seus valores, *Minha vida de menina*, escrito sob a ótica autocentrada da criança, apresenta uma identificação precária com os pressupostos do grupo, gerando uma ambigüidade que, a meu ver, é responsável pelo estatuto literário alcançado pelo livro. Trata-se, porém, de obra que opera nos dois registros, o literário e o de inscrição social da família. Nascido da solicitação do pai, o caderno de lembranças da menina é preparado para publicação por seu marido (e primo) quase meio século depois. A inscrição familiar é disfarçada pelo uso do pseudônimo, como já fizera um outro membro dos Brant¹⁰, família de intensa participação política e cultural no estado e no país. A irreverência com relação às tradições familiares se torna aceitável pela pouca idade da autora, sua descendência de estrangeiros por parte do pai, e por não ter desviado a menina do seu destino inevitável¹¹ – o casamento com o primo. Ao fim, este tem a última palavra, ao editar e censurar o texto original.

A dupla inscrição de *Minha vida de menina* torna o livro de Helena Morley um caso exemplar para a compreensão do papel da filiação na escrita das memórias. Partindo desse caso limite de literariedade, pode-se perceber o caráter flutuante também das memórias e diários de escritores. Nas memórias literárias, embora se possa constatar que – como diz Harald Weinrich (2001) – é o futuro que as conforma, ou seja, que elas constituem uma espécie de garantia de sobrevivência e de inserção no futuro, não há uma filiação a uma instância única. Escritas por autores reconhecidos, portadores de imagens públicas, pode-se supor em sua construção a concorrência de duas instâncias

identitárias – família e nação. Em algumas memórias, como *Minha formação*, de Joaquim Nabuco, esses dois pólos são superpostos em uma espécie de família-nação, opondo-se então a uma “família espiritual”, que costuma reunir parataticamente, ou seja, sem qualquer mediação, o “país” da infância a uma comunidade intelectual de eleição, supranacional ou mesmo atemporal.

Ao estudar diferentes escritas da memória – do relato memorialístico pessoal à sistematização institucional da memória coletiva – a partir de suas motivações e seus fins, a hipótese com a qual tenho trabalhado é de que a parataxe indica, nesses textos, momentos de dupla consciência. A ordenação paratática abriria então o texto da memória a novos arranjos e interpretações que escapam ao rígido direcionamento imposto pelos fins em vista. Tornar-se-ia assim possível identificar nos momentos de construção paratática dessa escrita falhas e fissuras do discurso que a direciona.

Chamo a atenção, para terminar, para a crescente desliteralização ou crescente metaforização do termo parataxe que seu uso na crítica da literatura e da cultura opera. Partindo daquilo que Adorno chama “os aspectos micrológicos do texto”, avançamos para o que seria uma parataxe de idéias e uma parataxe de discursos. A ação anti-hierarquizante da parataxe – que se explicita em sua oposição à hipotaxe (subordinação) – pode ser verificada em vários níveis, do sintagma até o jogo de imagens benjaminiano ou os aforismos adornianos. O próprio desenvolvimento da disciplina Literatura Comparada, por exemplo, vai desde um exercício filológico de estabelecimento de influências, epigonismos, antecessores – o que se chegou a denominar “dívidas” de um autor a outro, de uma literatura a outra – até um procedimento que, por analogia, podemos entender como paratático, de justaposição de textos, imagens, autores sem relação de causalidade, concessividade, finalidade, temporalidade, etc. (por analogia às funções das conjunções subordinativas). Veja-se a respeito os diversos ensaios de Eneida Maria de Souza, principalmente em *Crítica cult.*

Para ilustrar o uso metafórico da parataxe na leitura do texto, trago aqui uma antológica passagem do já mencionado *Minha formação*, de Joaquim Nabuco, de 1900. No capítulo “Massangana”, o mais citado de toda a obra de Nabuco, o autor descreve assim seu primeiro contato com o mar pernambucano:

...um dia que [...] me achei à beira da praia e tive a revelação súbita, fulminante, da terra líquida e movente... Foi essa onda, fixada na placa mais sensível do meu *kodak* infantil, que ficou sendo para mim o eterno clichê do mar. Somente por baixo dela poderia eu escrever:
Thalassa! Thalassa!

Ao sobrepor a moderníssima, para a época, referência à *kodak* ao antiqüíssimo grito do exército de Xenofonte em sua retirada da Pérsia (401 a.C.), Nabuco cria um (também metafórico) ideograma que junta o futuro e o passado, a técnica e a natureza em magistral instantâneo paratático. Certamente, o ponto alto de toda a sua literatura.

Notas

¹ http://www.filologia.org.br/vcnlf/anais%20v/civ5_08.htm.

² O professor Winfried Nöth, da Universidade de Kassel.

³ A idéia que subjaz à expressão é a de que o discurso da dominação coloca perguntas cujas respostas já são previstas e devem se seguir imediatamente. A delonga na resposta indica um movimento de resistência do dominado.

⁴ *O local da cultura, passim*.

⁵ Bhabha fala também do sentencial e da enunciação “fora da sentença”. (Capítulo IX de *O local da cultura*.)

⁶ A noção de *paragrama* exposta em *Anagrammes*. *Apud* Kristeva, 1974.

⁷ A referência é à carnavalização como descrita por Bakhtin.

⁸ Ambas financiadas pelo CNPq, por meio de Bolsa de Produtividade.

⁹ O livro foi pelo menos uma vez selecionado como tema de vestibular.

¹⁰ Cícero Arpino Caldeira Brant, que publica suas *Memórias de um estudante* com o pseudônimo de Ciro Arno. Só décadas mais tarde um membro da mesma família assumirá o sobrenome verdadeiro em suas memórias, Vera Brant (*Ensolarando sombras*).

¹¹ Vendo-a desprezar os pretendentes locais, as amigas comentam, profeticamente, que ela está à espera de um dos primos ricos que estudam no Rio e São Paulo.

Bibliografia

ADORNO, Theodor. *Teoria estética*. Trad. Arthur Morão. SP, Martins Fontes, 1988.

_____. *Notas de literatura*. Trad. C.A. Galeão e I. Azevedo da Silva. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1991.

ARNO, Ciro. [Cícero Arpino Caldeira Brant] *Memórias de um estudante*. 2ª edição. 1885- 1906.

BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Trad. Myriam Ávila, Eliana L. dos Reis e Gláucia R. Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

BRANT, Vera. *Ensolarando sombras*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.

DELEUZE, G. e GUATTARI, Félix. *Mil platôs*. Capitalismo e esquizofrenia. V.1. Trad. Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. São Paulo: Ed.34, 1995.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. Trad. Salma T. Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

GILROY, Paul. *O Atlântico Negro*. Modernidade e dupla consciência, São Paulo, Rio de Janeiro, 34/Universidade Cândido Mendes – Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

KRISTEVA, Julia. *Introdução à semanálise*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

NABUCO, Joaquim. *Minha formação*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957.

MORLEY, Helena. [Alice Brant]. *Minha vida de menina*. 4ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 1958.

SAFATLE, Wladimir. *Cinismo e falência da crítica*. São Paulo: Boitempo, 2008.

SANTIAGO, Silviano. *Uma literatura nos trópicos*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

SOUZA, Eneida M. de. *Crítica cult*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

WEINRICH, Heinrich. *Lete*. Arte e crítica do esquecimento. Trad. Lya Luft. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

Sítios e páginas na internet consultados

http://www.filologia.org.br/vcnlf/anais%20v/civ5_08.htm